


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002827-76.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Antonio Sergio Malaquias de Bonfim**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Trata-se de ação de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais com liminar, promovida por **Antônio Sérgio Malaquias de Bonfim**, através de sua curadora Elma Vilela Malaquias, em face de **Telefônica Brasil S/A**. O requerente aduz, em essência, ter sido surpreendido com cobrança do valor de R\$ 764,97 e inserção de seu nome em cadastro de proteção ao crédito em razão de negócio jurídico inexistente. Pediu, como tutela de urgência, a retirada do seu nome dos cadastros Serasa e SPC, bem como o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 22.979,10.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 13/20.

Deferidos pedidos de AJG e de concessão de tutela antecipada (fl. 34)

Citada (fl. 46), a requerida apresentou contestação contrapondo as alegações do autor (fl. 48/64).

Houve réplica (fls. 70/79).

Instados (fl. 80), autor e ré postularam o julgamento antecipado da lide (fls. 83/85 e 87).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O julgamento imediato está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil e também pelo manifesto desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor, o que não se verifica nos autos, insuficientes as telas de sistema impressas conjuntamente com a contestação.

Competiria à ré a comprovação da adequação dos débitos e a correção da negativação, mas manifestou desinteresse na produção de outras provas, não se desincumbindo, pois, do ônus que lhes impõe o artigo 373, II, do Código de Processo Civil.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O dano moral, em casos da espécie, não depende de demonstração: sua existência é presumida e decorre da observação daquilo que ordinariamente acontece. Ademais, não se mostra necessária a demonstração pelo autor de ocorrência do dano com o fato, pois a indenização é devida pelo sofrimento moral injusto e grave infligido pela negativação mantida irregularmente.

A indenização do dano moral tem duplo objetivo: compensar a vítima e afligir o culpado; não se presta a enriquecer a vítima, nem deve ser irrisória e estimular a desídia do causador do dano. Em virtude de sua natureza compensatória, visa a proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pelo amargor da ofensa, e não o enriquecer.

É razoável fixar a indenização por dano moral, levando em consideração a posição do autor, a capacidade da ré e o valor do apontamento, em quantia equivalente a R\$ 7.000,00, mostrando-se excessivo o montante postulado. É a razão da parcial procedência.

Trata-se de parâmetro plenamente utilizado pela jurisprudência e que, na hipótese, terá o duplo efeito da reparação e da punição.

Verifique-se: “*DANO MORAL - Indenização - Arbitramento mediante estimativa prudencial que leva em conta a necessidade de satisfazer a dor da vítima e dissuadir de novo atentado o autor da ofensa*” (TJSP) RT 706/67.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para: (1) declarar a inexistência do negócio jurídico impugnado e, consequentemente, a inexistência de débitos. **Convolo em definitiva a decisão antecipatória**; (2) condenar a ré ao pagamento de R\$ 7.000,00 a título de indenização pelos danos morais, atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde o ajuizamento e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Arcará com honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação atualizado (Sumula 326 do STJ).

Interposta apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 09 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**